

A NATURALIZAÇÃO DOS EFEITOS ANTRÓPICOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS (MCG) NA VEICULAÇÃO DA NOTÍCIA DIGITAL: O CASO DE UMA OFICINA FORMATIVA NO SUDOESTE DO PARANÁ

Adalberto Ferdnando Inocêncio¹

Diesse Aparecida de Oliveira Sereia²

Mara Luciane Kovalski³

Resumo: Este artigo analisa a naturalização dos efeitos antrópicos das Mudanças Climáticas Globais (MCG) na veiculação da notícia digital no Brasil, tomando como estudo de caso uma oficina formativa realizada com estudantes da Educação Básica em uma escola do Sudoeste do Paraná-Brasil. Para tal, objetivou-se investigar as estratégias discursivas empregadas pela mídia hegemônica na construção da falsa controvérsia em torno das MCG. Especificamente, analisou-se como tais táticas comunicacionais são utilizadas para desviar a atenção do público das causas primárias das MCG, resultando na atenuação da responsabilização dos principais agentes emissores.

Palavras-chave: Negacionismo Climático; Mídia Hegemônica; Efeitos Antrópicos.

Abstract: This article examines the naturalization of the anthropogenic effects of Global Climate Change (GCC) in digital news dissemination in Brazil, utilizing a case study of a formative workshop conducted with Basic Education students at a school in Southwest Paraná, Brazil. To this end, the study aimed to investigate the discursive strategies employed by hegemonic media in constructing the false controversy surrounding GCC. Specifically, it analyzed how such communication tactics are utilized to divert public attention from the primary causes of GCC, resulting in the attenuation of accountability for the main emitting agents.

Keywords: Climate Denialism; Hegemonic Media; Anthropogenic Effects.

¹ Universidade Estadual de Londrina. E-mail: afinocencio88@gmail.com

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: diessesereia@gmail.com

³ Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: marakovalski@utfpr.edu.br

Introdução

Embora soassem o alarme para o problema, as primeiras versões de relatórios publicados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas Globais (IPCC, na sigla em inglês) situavam uma posição científica ainda incerta para se referir ao papel desempenhado pelos humanos⁴ na produção das Mudanças Climáticas Globais (MCG). Da primeira (1990) até a terceira versão (2001), as terminologias escolhidas para se referir ao nosso papel na liberação de Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera, pela queima advinda das atividades industriais foram: “possível influência humana”, “o balanço das evidências sugere”, e “a probabilidade consolida a responsabilidade humana como mais provável”, para citar algumas. Somente com as duas últimas versões publicadas (2007 e 2013, respectivamente) é que uma probabilidade acima de 90% no reconhecimento da influência humana na alteração do clima, passa a ser mencionada, consolidando este paradigma.

Vale acrescentar que o conjunto de especialistas que encabeça o referido Painel recomenda que as diversas instituições sociais trabalhem estratégias em conjunto – escolas, universidades, mídia hegemônica, museus e outros espaços não formais –, estabelecendo possíveis respostas e ações diante da urgência em frear o aumento da temperatura média global nos 1,5° C até o ano 2.100, meta estabelecida no Acordo de Paris, que ocorreu em 2015.

Acerca do quadro referido no parágrafo anterior, a crítica constata um caminho de transposições nesta temática, que tem início no reconhecimento do problema pelo Estado (como fazem os relatórios do IPCC), passando pela sua transformação em políticas educacionais, as quais serão gradativamente incorporadas nos currículos da educação básica na forma de projetos, aulas, sequências didáticas e assim por diante. Até muito recentemente uma significativa dificuldade da implementação das MCG nos currículos da educação básica era o seu caráter não-obrigatório. Esse quadro muda com a publicação da Lei nº 14.926 (Brasil, 2024), que altera a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), delegando que, a partir de 2025, escolas, referindo-se às instituições da educação básica e as de ensino superior, precisam incluir as MCG em seus projetos pedagógicos.

Neste cenário em transição, até que a temática seja efetivamente incorporada na formalidade dos sistemas educativos, é a informalidade da mídia de massa quem acaba ocupando esta lacuna. Desde a década de 1990 se reconhecia o potencial da função educativa do jornalismo, de forma que alguns autores se referiam como jornalismo ambiental à atividade deste eixo midiático em apurar notícias apresentando-as num formato no qual contribuem

⁴ Embora não iremos entrar no mérito do debate, vale mencionar que na atual conjuntura, existe um debate inclinado para o reconhecimento político de caracterizar qual humano é este que performa a expressão Antropoceno, uma vez que, dado a diferença no modo de vida das diferentes sociedades e comunidades que compõe o globo, e da diferença gritante na atividade industrial que separa Primeiro e Terceiro Mundo, se reconhece que utilizar do humano genérico é uma via contraproducente para o avanço do debate (Moore, 2022).

com a formação de cidadãos (John, 2001). Mesmo não tendo formação de educadores, os que se empenham na mídia informal tem o potencial de explicar, numa linguagem comum, o que acontece na natureza.

De acordo com Rodas e Di Giulio (2017), a pauta climática ganhou maior espaço na mídia a partir de 1997, com a elaboração do Protocolo de Quioto, tratado internacional lançado naquele ano e que propôs aos países desenvolvidos signatários um calendário para a diminuição da emissão dos GEE. Desde esse marco, a mídia hegemônica tem ocupado um papel chave na construção de uma agenda pública de percepções acerca do fenômeno (Rodas; Di Giulio, 2017; Loose, 2022), embora não bastasse apenas comunicar acerca dele. “A forma como se dá a cobertura jornalística sobre o tema pode contribuir para o debate público e a discussão de políticas, assim como a própria sensibilização da sociedade sobre a complexidade e dimensão das mudanças do clima” (Amaral; Loose; Girardi, 2020, p. 9).

Assim como outras temáticas, o sucesso da comunicação estabelecido pela mídia hegemônica está nas escolhas lexicais que se fazem ao comunicar a notícia, o que se faz pela seleção de terminologias coerentes com determinados campos do saber da ciência. Disso decorre que não basta comunicar, é preciso comunicar com eficácia, o que implica em critérios como frequência de certos tópicos, escolha de terminologias e o tipo de linguagem empregada. A exemplo, o jornal britânico The Guardian, alterou a forma de se nomear a problemática em suas páginas, substituindo “mudanças climáticas” por “emergência, colapso ou crise climática”, expressões que estão em maior consonância com o escopo científico.

Na contramão, o modo com que a matéria, reportagem ou notícia são apresentadas pode incorrer num desserviço com o compromisso ético-científico, uma vez que muitas instâncias da mídia hegemônica se afinam com interesses corporativos mais amplos. Com relação às MCG, os historiadores da ciência estadunidenses Oreskes e Conway (2010) dedicaram toda uma obra mapeando de que modo grandes corporações destinaram valores milionários a fim de criar “falsas controvérsias” acerca de fatos científicos já estabelecidos e decantados para a ciência normal. A estratégia, que se iniciou com as indústrias de tabaco em meados do século passado, no contexto em que houve um *boom* de estudos científicos evidenciando a relação linear entre consumo de tabaco e câncer de pulmão vem estabelecendo as mesmas táticas acerca das MCG. Como ocorreu com a indústria de tabaco, o interesse orbita em prolongar o debate, fazendo com que as instituições que deveriam estar trabalhando para a institucionalização das formas de mitigar, reverter ou se adaptar ao problema ganhem mais tempo.

Apesar do mapeamento de que a grande mídia ocupa essa posição estratégica, quando comparada à demais instituições sociais, as redações capitaneadas pelo jornalismo brasileiro ainda tratam do assunto como tema periférico (Rodas; Di Giulio, 2017, Amaral; Loose; Girardi, 2020), e quando

tratam, o fazem de forma insuficiente para que o cidadão comum compreenda o problema num nível de complexidade suficiente para intervir.

Parte disso se dá pelas difíceis condições de cobertura jornalística dos desastres, mapeadas pelas mesmas autoras em outro estudo (Amaral; Loose; Girardi, 2024), sendo, alguns dos fatores, a) Busca de audiência, de cliques e de engajamento a partir da espetacularização e do sensacionalismo; b) Apuração apressada em tempo real, concomitante com o desenrolar dos acontecimentos; c) Cobertura estrita do ápice do desastre, que aborda pouco seu passado e seu futuro, em função tanto do esgotamento do público, como pelo surgimento de outras pautas e d) Desconhecimento dos jornalistas sobre as mudanças climáticas, para citar algumas.

Os itens listados no parágrafo anterior, podem, inclusive, contribuir para uma comunicação que naturalize os desastres. As mesmas autoras sinalizam que embora na Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (Cobrade), utilizada pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), ainda esteja a expressão “desastre natural” para designar acontecimentos geológicos, hidrológicos, meteorológicos, climatológicos e biológicos, ela tem sido considerada limitada por dar ênfase a aspectos naturais em detrimento da participação humana no processo de eclosão de um desastre (Amaral; Loose; Girardi, 2024).

Estabelecendo o recorte temporal de 2000 a 2014, Rodas e Di Giulio (2017) analisaram a cobertura midiática acerca das MCG, ressaltando vieses como: a) uma cobertura episódica e caracterizada pela ausência de continuidade do mesmo fenômeno, isso é, a tendência a uma cobertura jornalística centrada em eventos e acontecimentos pontuais; b) uma dependência de fontes e agências oficiais internacionais, como a ONU e o já citado IPCC, o que contribui para um distanciamento espacial do cidadão que consome tais notícias; c) os conflitos humanos que se sobressaem ao que possivelmente causou o acontecimento, culminando em um debate sensacionalista; d) a ausência de explicações que acompanhem termos técnico-científicos, o que contribui por perpetuar uma linguagem enigmática para a maior parte da população e e) o predomínio de enquadramentos político-econômicos, que contribui para uma leitura reduzida da problemática como algo que se resolve numa questão de negociação entre os diferentes chefes de Estado.

Metodologicamente, esquadrinhamos nossa análise com base nos materiais propostos por Amaral, Loose e Girardi (2020; 2024) especificamente desenvolvidos para análise de matérias jornalísticas acerca das Mudanças Climáticas e desastres climáticos, respectivamente. O corpus analítico será apresentado na seguinte seção.

A proposta da oficina

A oficina intitulada Negacionismo Climático foi ofertada nas dependências de uma escola estadual localizada na comunidade Foz do Chopim (PR), que integra a repartição municipal de Cruzeiro do Iguaçu. Desde 2021, tal escola recebe intervenções contínuas de dois projetos de extensão ofertados pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), do campus de Dois Vizinhos (PR), um ligado ao Programa Sala Verde, e outro ligado ao Pacto Global de Jovens pelo Clima (GYCP, na sigla em inglês), cadastrados na mesma instituição.

A escolha da escola para a atuação desses projetos se deu pelo seu contexto de vulnerabilidade social dos estudantes, além de ser uma escola pequena com grande possibilidade de ser fechada devido ao baixo número de alunos e por ser uma escola caracterizada como escola do campo.

Nesse sentido, a oficina integrou um projeto de formação mais ampla que vinha sendo construído em conjunto com jovens do Ensino Fundamental, contemplando alunos com idades entre 11 e 15 anos.

Este recorte formativo específico, fora trabalhado em dois momentos. Num primeiro, os alunos, que já recebiam formação acerca das MCG de ambos os projetos, foram instrumentalizados acerca do fenômeno negacionismo climático. Integraram esse momento a discussão presente na obra de Oreskes e Conway (2010), a fim de historicizar o debate e introduzir as táticas usadas pelas grandes corporações estadunidenses a fim de criar “falsas controvérsias”, sendo elas: a) a criação de uma aparência do debate científico, geralmente espetacularizado e com intuito de gerar a impressão, no público, de que a comunidade científica está dividida e não chegou a um consenso acerca de determinado objeto (no caso, a associação do tabaco ao câncer e ao papel antrópico das grandes indústrias e corporações nas MCG); b) Um uso estratégico da mídia, neste caso referindo-se à mídia hegemônica, especialmente os jornais e a TV, os quais adensam a imparcialidade de mostrar “os dois lados” acerca dessas controvérsias fabricadas; c) Um financiamento robusto de *think tanks* a institutos falsamente independentes⁵ e d) Um ataque orquestrado à credibilidade dos cientistas, universidades e demais instituições públicas ligadas à pesquisa científica, para citar as que interessam ao objeto de investigação aqui elencado.

Na sequência, fora explorado especificamente de que forma a mídia hegemônica utiliza da comunicação como estratégica tática para fomentar a falsa controvérsia acerca das MCG, mas, também, desviar a atenção do espectador das reais causas das MCG, bem como amenizar as

⁵ Nesta obra, os autores citam o *Committee for a Tobacco Industry Research*, posteriormente nomeado como *Council for Tobacco Research* (CTR) como o principal órgão que atuou da década de 1950 a 1970, criado pela indústria do tabaco para promover midiaticamente a controvérsia sobre a relação entre fumo e câncer de pulmão, que mais tarde incorporou a controvérsia do aquecimento global, na expressão utilizada na obra.

responsabilidades dos maiores causadores. A título de exemplo, fora apresentada e discutida a forma com que se deu a abertura do telejornal SP 1, do dia 17 de novembro de 2023, na qual os jornalistas Alan Severiano e Jacqueline Brasil aparecem de óculos escuros e sentados em cadeiras de praia no centro do set, com imagens de praias brasileiras no telão ao fundo (Figura 1), para noticiar, numa tentativa bem-humorada, a **forte onda de calor e o sol intenso** que atingiam a cidade de São Paulo naquele dia⁶.



Figura 1: Abertura do telejornal SP 1, do dia 17 de novembro de 2023
Fonte: g1.globo.com/sp.

Nessa oportunidade, fora debatido que a estratégia comunicativa utilizada pelo veículo de comunicação oficial desta edição se iniciava muito antes da narração da notícia propriamente dita, mas já era introduzida pela escolha com que os jornalistas estavam trajados, distanciando-se da cena profissional que geralmente se espera de um telejornal e aludindo ao clima descontraído e informal que, na disposição, pode ser associado a uma cena de férias ou feriado. A opção pelo bom humor, em vez do alarmismo, apesar de uma estratégia capaz de contribuir para humanizar os apresentadores e aproximá-los do público, contribuiu, neste caso, por naturalizar as causas das MCG no debate, tratando-as como um acontecimento sazonal, isso é, passageiro. O episódio recebeu fortes críticas do público nas redes sociais, especialmente na X, no mesmo período, como noticia a matéria referenciada.

Finalizada essa parte expositiva da formação, o segundo momento se caracterizou pela interpretação, análise e crítica das notícias veiculadas no circuito jornalístico brasileiro no recorte temporal do presente ano. Cientes de que a mídia hegemônica pode utilizar da notícia como uma tática de dissuasão, os alunos foram instrumentalizados a prestar atenção nos enquadramentos escolhidos pela redação. Um enquadramento (*frame*) na notícia é a maneira como um fato é apresentado ou noticiado ao público. Esse enquadramento é sempre um recorte interpretativo que um ou mais jornalistas, ou veículos de comunicação, escolhem para narrar um acontecimento.

⁶ Disponível em: <https://revistaforum.com.br/midia/2023/11/19/no-olhe-para-cima-jornalistas-da-globo-so-acusados-de-debochar-do-calor-extremo-147990.html>.

Especificamente para comunicar acerca das MCG, o enquadramento pode conferir certas dimensões a um tema complexo, dotando-as de maior relevância; pode ajudar a comunicar por que uma questão pode ser um problema e pode ajudar a exprimir uma mensagem de maneira concisa (Shome; Marx, 2016).

Foram selecionadas e analisadas seis notícias, publicadas em páginas eletrônicas de agências jornalísticas, trabalhadas com os alunos na forma impressa. A escolha de tais mídias se deu a) pela sua data, situada num recorte temporal próximo ao acontecimento das enchentes que acometeram o estado do Rio Grande do Sul e que se tornou destaque nacional ao final do ano de 2023 e na primeira metade do ano seguinte; b) pela escolha dos verbos e demais termos que compõe a manchete; c) pela complexidade do texto coerente à faixa etária do público alvo ao qual a oficina fora ofertada e d) pela maioria deles elencar as causas do problema enquadrado na notícia. As notícias selecionadas estão sistematizadas na Tabela 1, apresentada a seguir:

Tabela 1: Sistematização das notícias selecionadas para compor a parte prática da oficina Negacionismo climático.

Manchete da notícia	Página eletrônica do veículo jornalístico na qual fora publicada	Ano da publicação	Autores
“Enchentes no RS: por que não há ‘nada pronto’ para evitar inundações 1 ano depois”.	BBC News Brasil, Brasília	2025	(Schreiber, M, 2025)
“Rios transbordam e inundam cidades atingidas por enchentes de 2024 no RS”.	CNN, Porto Alegre	2025	(Garcia, G, 2025)
“Deslizamentos de terra na enchente de 2024 no RS foram ‘maior evento de movimentos de massa’ da história no Brasil, aponta estudo”.	G1, Globo, Rio Grande do Sul	2025	(Foster. G, 2025)
“Alerta de temporais severos com granizo, raios e ventos de 90 km/h no RS”.	CNN, São Paulo	2025	(Cardoso, A, 2025)
“Os gaúchos vítimas de megaenchente que agora sofrem com calor extremo”.	BBC News Brasil, Porto Alegre	2025	(Araújo, L.A, 2025)
“Temporais, ventos fortes e possibilidade de granizo atingem o RS a partir desta sexta-feira”.	G1, Globo, Rio Grande do Sul	2025	(Temporais, 2025)

Fonte: autoria própria.

Na parte prática, que consistiu na análise e apresentação dos resultados construídos para os demais colegas, os alunos foram divididos em grupos. O comando dado aos grupos para analisar as notícias se deteve nos seguintes pontos: a) análise estrutural da manchete: que interpretações possíveis ela cria acerca do fenômeno noticiado? b) estrutura textual da notícia: ela contribui por naturalizar o fenômeno das MCG ou reconhece o fator antrópico,

responsabilizando a ação humana? c) de que forma a notícia delinea as causas das MCG (se monocausal ou multicausal) e d) como o grupo reescreveria tanto a manchete como o texto da notícia, alterando os trechos considerados por ele incoerentes. Adiantamos que por uma questão de tempo físico, este último ponto não pôde ser finalizado, de forma que não apresentaremos seus resultados, mesmo que parciais.

Resultados e discussão

No que tange às manchetes, nossa obtenção de dados coaduna para uma dificuldade geral de interpretação por parte dos alunos. No material trabalhado, constatamos setas que ligam a manchete a comentários dos grupos, associando-as a comentários curtos, a exemplo, “desastre natural”, “não responsabiliza ninguém”, dentre outros conteúdos breves e fragmentados.

Essa dificuldade pode advir de vários fatores. O primeiro deles é a dificuldade que ainda caracteriza veículos oficiais midiáticos em comunicar os projetos e as descobertas oriundos do campo científico de forma acessível e atrativa a diferentes públicos (Amaral; Loose; Girardi, 2020). As também já citadas Rodas e Di Giulio (2017) complementam que as normas e critérios orientados para a cobertura jornalística no Brasil são fatores que contribuem para a dificuldade na tradução do conhecimento científico para o público. Adensa essa perspectiva a investigação de Cardoso (2013), que acusa a dificuldade na transposição dos saberes especializados da esfera científica para um léxico mais assimilável para o público que não transita nesta esfera.

Assim, em nossa análise, vale explorar dois casos que contribuem de forma mais expressiva para um eclipsamento das ações humanas no fenômeno enquadrado, que são as seguintes manchetes: “Rios transbordam e inundam cidades atingidas por enchentes de 2024 no RS” (CNN, Porto Alegre) e a “Os gaúchos vítimas de megaenchente que agora sofrem com calor extremo” (BBC News, Porto Alegre), que tem como subtítulo “Enchente em 2024 destruiu três aparelhos de ar-condicionado e dois ventiladores de teto que Solange ainda não havia terminado de pagar”.

O que chama a atenção em ambos os casos é a escolha de “Rios” e “Enchente” como sujeitos das orações que compõem as manchetes das respectivas notícias. Apesar de não estarem na voz passiva, a construção das notícias está arquitetada de forma que se atribui o papel do fenômeno central captado na notícia a um ente natural destituído de ações ou vontades. Como problema desse enquadramento, tem-se que “[...] ao personificar as forças da natureza e considerá-la um inimigo externo (“o rio invadiu”, “a chuva matou”), podemos desresponsabilizar a ação/inação humana” (Amaral; Loose; Girardi, 2024, p. 25).

No não dito da manchete, algumas questões ficam subjacentes ou em segundo plano, como: Que fatores levaram ao transbordamento dos rios e potencialização das enchentes, pautados na notícia? Que apagamentos

econômicos, políticos e sociais são acionados a fim de enquadrar os gaúchos referidos na notícia como vítimas, mas não perpetradores do mesmo problema?

Como um desdobramento muito comum dessa atribuição personificada de entes, existem enunciados que posicionam as vítimas como castigadas por uma fatalidade ou por uma imprudência (Amaral; Loose; Girardi, 2024), o que também não é um direcionamento satisfatório para o combate do problema. Durante a pandemia da COVID-19 essa perspectiva fora repercutida em frases que se tornaram virais, a exemplo, “a pandemia veio para nos ensinar”. Como dado, vale adiantar que nas matérias selecionadas, não houve esse enfoque.

Já no que se refere à análise da estrutura textual da notícia, cinco dos seis grupos atribuíram à notícia analisada como uma facilitadora do fenômeno das MCG serem advindas de causas naturais. A estrutura narrativa com que cada notícia constrói essa compreensão, contudo, difere entre elas, valendo à pena apresentar os mais representativos e destacados pelos grupos.

Com relação a passagens do texto que aludem à naturalização do fenômeno, tem-se que após narrar episódios de incêndios relacionados a verões secos, a notícia da BBC News Brasil de Porto Alegre traz, na sequência, a afirmação da meteorologista Estael Sias, do site MetSul, de que:

O La Niña traz estiagem, escassez de chuva, muitas vezes episódios de seca [...] Isso geralmente ocorre primeiro no centro-norte da Argentina, por ser uma região mais continental, distante do oceano e que esquenta com mais facilidade (Araújo, 2025 s.p.).

Apesar de citar uma cientista, o que é um elemento muito positivo no combate aos discursos desinformativos atinentes ao negacionismo climático em voga, a explicação para a formação das bolhas de calor, citadas na notícia, fica reduzida ao fenômeno de resfriamento anormal das águas superficiais do oceano Pacífico (La Niña).

Na mesma lógica, a notícia do G1 referente aos deslizamentos de terra, após o subtítulo “Enchente de 2024”, traz a seguinte descrição:

Em 2024, o Rio Grande do Sul enfrentou uma das maiores **catástrofes naturais** de sua história. As enchentes devastadoras afetaram 478 das 497 cidades do estado, causando alagamentos, inundações e deslizamentos de terra (Foster, 2025 grifo nosso).

Enquanto a outra notícia do G1, referente aos fenômenos atmosféricos, se referencia nas agências Climatempo e Defesa Civil estadual para explicar que os temporais, os ventos fortes e a possibilidade de granizo decorrem da “[...] combinação de áreas de baixa pressão, frentes frias e a formação de um ciclone extratropical no oceano [o que] vai provocar chuva forte, rajadas de vento intensas e possibilidade de granizo” (Temporais..., 2025, s.p.).

Por fim, a notícia acerca do aumento no volume dos Rios menciona Taquari, Jacuí, Paranhana e Jaguari como rios que já tiveram seu volume transbordado em diferentes cidades do estado do Rio Grande do Sul. Após mencionar que no caso do Jaguari, a água chegou quase na altura das janelas de algumas casas, a redação traz, como governança climática, o seguinte enunciado:

O governador Eduardo Leite (PSB), contudo, afirmou que, até o momento, a maioria dos estragos não teriam sido causados pelos rios. Segundo ele, os alagamentos nas cidades se devem especialmente a problemas de drenagem urbana nos municípios, que não teriam dado conta de escoar um grande volume de água em um curto período de tempo (Garcia, 2025, s.p.).

Apesar do enfoque de incorporação da adaptação climática no planejamento urbanístico ser uma recomendação positiva no enquadramento da notícia (Amaral; Loose; Girardi, 2024), neste caso se aciona uma explicação técnico-administrativa advinda de um chefe de estado que captura a problemática, dando a entender que é a infraestrutura das cidades não adaptadas o real problema, e não as causas antrópicas que contribuíram para o aumento das temperaturas médias globais, o que levou ao aumento de precipitação e culminou, por fim, no aumento do volume dos rios mencionados. Tal perspectiva se enquadra no paradigma tecnocrático de compreensão dos desastres (Sulaiman; Jacobi; Tur, 2019), segundo o qual o desastre é natural, e o papel humano se volta apenas a prevenir ou mitigar esses efeitos por meio do desenvolvimento tecnológico, como são os sistemas de alerta que notificam a probabilidade e local das catástrofes.

Contudo, para fazer a contraparte, deve-se positivar o fato de que “problemas de drenagem urbana” foram reconhecidos pela autoridade estatal, uma vez que em notícias que quando relacionam clima e cidades, muitas vezes, “[...] os argumentos oficiais e midiáticos restringem os danos causados a uma cidade a problemas meteorológicos e são vedadas questões relativas à gestão pública da água, aos direitos sociais de saneamento e à habitação” (Amaral; Loose; Girardi, 2020, p. 44).

Em nenhum dos seis casos as causas humanas são levantadas como hipótese ou explicação definitiva como fatores que contribuem direta ou indiretamente para o agravamento dos fenômenos extremos noticiados. Importa sublinhar que fenômenos extremos “[...] podem ter causas naturais, bem como há registro de aumento na frequência e intensidade desses como resultado da mudança climática e de ações antropogênicas” (Amaral; Loose; Girardi, 2020, p. 27). Desta forma, as notícias não pecam em enredar as causas naturais para o texto, mas por dele omitir as ações humanas como agravante e restringindo-se somente às primeiras.

É documentado que cientistas sociais apontam a importância em desnaturalizar os desastres a fim de avançar em medidas de enfrentamento

(Amaral; Loose; Girardi, 2024), uma vez que, se não se reconhece a contribuição antrópica do problema, ignora-se o verdadeiro agente do problema, o que leva a uma compreensão de que o mesmo é inevitável.

Acerca da invisibilização do caráter antrópico das crises, incorporando, nesse ínterim, a climática, Reis e Senra (2021) contextualizam que mesmo após a compreensão de que tais fenômenos não tem causas eminentemente naturais, a reprodução dos discursos desenvolvimentistas segue sendo o maior articulador da invisibilização das crises. Por discursos desenvolvimentistas compreendemos, neste caso, um conjunto de ideias que convergem para a defesa do progresso econômico ancorado na modernização tecnológica e na expansão produtiva, visando o crescimento contínuo e tendo como ponto cego fundamental a naturalização da exploração de recursos ambientais, entendidos como infinitos (*Eldorado*), e o silenciamento dos conflitos socioambientais (Svampa, 2019).

Nesta análise, também é possível afirmar que opera uma continuidade da lógica corporativa descrita pelos já citados Oreskes e Conway (2010), a qual engaja para o deslocamento de responsabilidade, sendo a defesa da causa natural do clima um dos pilares centrais desta lógica. Os historiadores da ciência chegam a argumentar que parte da mídia contemporânea é preterida como veículo pelas *think tanks* para propagar a dúvida, de forma que esse cenário só se alteraria com a opção pelo fortalecimento das instituições que optariam pela checagem de conteúdo, e pela opção ética de veicular a notícia verdadeira, escolha não rentável da perspectiva dos lucrativos engajamentos pela controvérsia que sustentam as dinâmicas contemporâneas de circulação de conteúdo.

As notícias também usufruem da tática de tratar os fenômenos climáticos como sazonais. A notícia da BBC News Brasil de Porto Alegre, por exemplo, inicia sua segunda seção contextualizando que “Porto Alegre é usualmente quente e úmida no verão. A diferença, desta vez, é a baixa umidade relativa do ar, em torno de 30% a 20%” (Araújo, 2025 s.p.). Já a notícia do G1 referente aos fenômenos atmosféricos declara que apesar dos rios estarem dentro da normalidade, “[...] os volumes de chuva previstos podem provocar elevação rápida em arroios, córregos e pequenos rios”, e finaliza alertando que “[...] cidades em condição de ‘atenção’ e ‘alerta’ devem acompanhar os comunicadores oficiais e se preparar para possíveis transtornos causados pelo excesso de chuva e ventos fortes” (Temporais..., 2025, s.p.). Nesses casos, a escolha das palavras “usualmente”, “no verão” e “em condição de” denotam uma temporalidade ou evento passageiros.

Diferente de padrão sazonal das precipitações, abordar as MCG como um fenômeno sazonal significa situá-las como oscilações naturais e periódicas, desconsiderando a ampla base de dados já decantada que a posiciona no caráter de alterações permanentes e de longo prazo, causadas pela ação humana

Igualmente preocupante é o fato de o desastre ser o foco de atenção midiática por um período muito aquém de sua existência, com lentes que o reduzem a um evento (Amaral; Loose; Girardi, 2024), muitas vezes pontual (Rodas; Di Giuliu, 2017). O problema desse enquadre é que, cientificamente, já se reconhecem os desastres climáticos como parte de um longo processo e cadeia de eventos, de forma que não começam quando eclodem. Esse enquadramento igualmente contribui para a fragmentação do problema, apresentando-o em sua expressão final. Essa tendência a uma cobertura centrada em eventos e acontecimentos pontuais encontros internacionais, como as que cobrem as Cúpulas do Clima ou Conferência das Partes (as COP), são entendidos como produtores de notícias que desencadeiam matérias especiais sobre o assunto, haja vista que pautam discussões políticas e decisões que envolvem gente importante (Rodas; Di Giuliu, 2017). Esta abordagem contribui por chamar a atenção do público leigo para o assunto, contudo, muitas vezes reduzem a complexidade da pauta à sua dimensão econômica, como consta a pesquisa de campo realizada por Rodas e Di Giuliu (2017).

A notícia produzida pela BBC News Brasil, de Porto Alegre, estabelece uma relação importante entre MCG e as questões de saúde. Amaral, Loose e Girardi (2020) acreditam que o trabalho da imprensa é crucial em estabelecer a relação desses fatores, especialmente num contexto imediato pós-pandemia da COVID-19, em que a consciência da população acerca dos riscos que a perda de ecossistemas tem na potencialização da circulação de agentes patógenos.

O texto da referida notícia, contudo, despotencializa essa relação. Ao mencionar que as temperaturas tórridas dos últimos dois meses desencadearam mudanças adaptativas na vida de alguns brasileiros, como a costureira Solange, cujo nome integra o subtítulo da manchete, que teve que trocar a máquina de costura pelo chuveiro várias vezes ao dia, devido à sudorese ocasionada pelo calor excessivo, o texto poderia adensar elementos que levassem o leitor a perceber que em tais condições climáticas não vivemos mais uma situação de desconforto, mas de saúde pública. Em determinada altura, contudo, ele cita o caso do vendedor Paulo Nunes, que aproveitou o espírito de recuperação econômica depois da enchente para abrir um quiosque no Parque Marinha, que fica na capital gaúcha. Esse enredamento abre margens de interpretação que permitem relacionar o agravamento da crise climática a oportunidades de negócio, reduzindo a complexidade da questão.

Embora as mesmas autoras sinalizem a importância do papel das notícias em difundir as iniciativas empreendidas pelos cidadãos, ampliando a tendência da grande mídia em informar “de cima para baixo”, centralizando na direção dos dirigentes aos governados, as respostas à crise não podem ser reduzidas a oportunidades de negócio, haja vista que esta contabilidade capitalista tem sido o mote dos chefes de estado na governança ambiental global capitaneada nas últimas cúpulas internacionais (Lang; Bringel; Manahan, 2025).

Conclusões

O presente estudo ressaltou o estratégico papel que a mídia hegemônica ocupa na construção de uma agenda pública sobre o tema, haja vista a lacuna deixada pela lenta incorporação das MCG nos currículos escolares. Ao cumprir certos critérios, a mídia possui um papel muito importante na sociedade, no entanto, como fora analisado, há inúmeros veículos que não oferecem uma compreensão científica e politizada suficiente do problema, apresentando-o de forma naturalizada, isso é, na ausência do papel antrópico como um fator imprescindível no agravamento do problema, além de personificá-lo, tratá-lo de forma sazonal ou reduzindo-o ao momento em que o desastre ocorre. Tais nuances, que compõem o corpus analítico aqui selecionado representa a dificuldade que ainda caracteriza veículos oficiais midiáticos em comunicar os projetos e as descobertas oriundos do campo científico de forma acessível e atrativa a diferentes públicos, análise que prevalece entre os estudantes participantes da referida oficina.

A defesa por um jornalismo crítico e independente, comprometido com a veracidade dos fatos na comunicação da emergência climática e situado na oposição a conteúdos que geram desinformação e controvérsias embora difícil, deve ser almejada como horizonte futuro se desejamos um jornalismo comprometido com a veracidade dos fatos na comunicação da emergência climática. Ao não voltarem sua preocupação para os protocolos recomendados na cobertura do problema, mesmo os veículos de comunicação que não intentam propagar tal perspectiva disparam redações que contribuem muito pouco para uma compreensão científica e politizada do problema, isso quando não disseminam intencionalmente conteúdos pagos por empresas poluidoras que geram *greenwashing*.

É imprescindível e urgente desnaturalizar os desastres cada vez mais frequentes e intensos e reconhecer a contribuição antrópica para o problema, de forma a avançarmos nas medidas de enfrentamento e adaptação diante da emergência climática, uma vez que a perspectiva de atribuir o problema a um fenômeno natural retira nossa agência como fator primordial na causa da problemática, impedindo o avanço do debate e até mesmo lemas que estão consagrados nos acordos internacionais institucionalizados, como o “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, carro-chefe da Cúpula da Terra ou Rio-92, retomado nas responsabilidades entre as nações durante o Acordo de Paris.

Tais debates e discussões precisam ser adensados na realidade escolar, não apenas como implementação da recomendação dos especialistas do IPCC, mas pelo reconhecimento político de que os jovens em idade escolar serão a população mais afetada pelos fenômenos extremos, que tem irrompido numa frequência cada vez mais curta, num futuro próximo. A forma que prevalece no tratamento que a mídia hegemônica dá para a temática, bem como sua lenta incorporação nos currículos escolares nos posicionam num contexto o qual várias instituições sociais ainda não incorporaram o caráter de

emergência, colapso ou crise na leitura que estabelecem para as MCG, evidenciando um contexto de transição.

Referências

AMARAL, Márcia Franz; LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (org.). **Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2020. E-book. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19971/Minimanual.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 nov.2025.

AMARAL, Márcia Franz; LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (org.). **Manual para a cobertura jornalística dos desastres climáticos**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2024. Disponível em: <https://jornalismoemeioambiente.com/wp-content/uploads/2025/02/manual-para-a-cobertura-de-desastres-climaticos.pdf>. Acesso em: 10 out. 2025.

ARAÚJO, Luiz Antônio. Os gaúchos vítimas de megaenchente que agora sofrem com calor extremo: enchente em 2024 destruiu três aparelhos de ar-condicionado e dois ventiladores de teto que Solange ainda não havia terminado de pagar. **BBC News Brasil**. 7 mar. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c07zpjn2nnpo> Acesso em: 20 out. 2025.

CARDOSO, Alan. Alerta de temporais severos com granizo, raios e ventos de 90 km/h no RS: chuvas começam ainda na madrugada e devem se estender até o domingo (24). **CNN**. 22 ago. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sul/rs/alerta-de-temporais-severos-com-granizo-raios-e-ventos-de-90-km-h-no-rs/> Acesso em: 30 out. 2025.

CARDOSO, Felipe Mendes. **Mídia e mudanças climáticas no Brasil**: entre demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. 2013. 217 f. Dissertação (mestrado em comunicação social). Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

FOSTER, Gustavo. Deslizamentos de terra na enchente de 2024 no RS foram 'maior evento de movimentos de massa' da história do Brasil, aponta estudo. **G1**. 26 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/06/26/deslizamentos-de-terra-na-enchente-de-2024-no-rs-foram-maior-evento-de-movimentos-de-massa-da-historia-no-brasil-aponta-estudo.ghtml> Acesso em: 10 out. 2025.

GARCIA, Gabriela. Rios transbordam e inundam cidades atingidas por enchentes de 2024 no RS: em algumas localidades, já choveu mais que o esperado para todo o mês de junho. **CNN**. 19 jun. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sul/rs/rios-transbordam-e-inundam-cidades-atingidas-por-enchentes-de-2024-no-rs/> Acesso em: 10 out.2025.

JOHN, Liana. Imprensa, meio ambiente e cidadania. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, 23, 2001, p. 87-94.

LANG, Miriam; BRINGEL, Breno; MANAHAN, Mary Ann (orgs.). **Colonialismo verde**, volume 1: geopolítica e transições ecossociais. São Paulo: Elefante, 2025.

LOOSE, Eloisa Beling. Jornalismo e mudanças climáticas desde o Sul: os vínculos de jornalismo não hegemônico com a colonialidade. **Tese** (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2021.

MOORE, Jason. (org.). **Antropoceno ou Capitaloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. Trad. Cláudio Marcondes. São Paulo: Elefante, 2022

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik Meade. **Merchants of Doubt: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming**. Bloomsbury Press, 2010.

REIS, Kathy de Freitas Marinho dos; SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitoza. A invisibilização das crises: do colapso climático à pandemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Educação Ambiental** (Revbea), São Paulo, V.16, No 5: 247-269, 2021.

RODAS, Caroline de Araújo; DI GIULIO, Gabriela Marques. Mídia brasileira e mudanças climáticas: uma análise sobre tendências da cobertura jornalística, abordagens e critérios de noticiabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 40, 2017.

SCHREIBER, Mariana. Enchentes no RS: por que não há ‘nada pronto’ para evitar inundações 1 ano depois. **BBC News Brasil**. 22 mai. 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2lkkkqv7wo> Acesso em: 20 out.2025.

SHOME, Debika; MARX, Sabine. **A comunicação das mudanças climáticas: um guia para cientistas, jornalistas, educadores, políticos e demais interessados**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas sobre Decisões Ambientais, 2016.

SULAIMAN, Samia Nascimento; JACOBI, Pedro Roberto; TUR, Antonio Aledo. Riscos e desastres naturais: contribuições da Ciência Pós-Normal para um novo paradigma de conhecimento e gestão. in: JACOBI, Pedro Roberto; TOLEDO, Renata Ferraz de; GIATTI, Leandro Luiz (orgs.). **Ciência Pós-normal: ampliando o diálogo com a sociedade diante das crises ambientais contemporâneas**. S.Paulo: Faculdade de Saúde Pública - USP, 2019. p.70-88.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

Temporais, ventos fortes e possibilidade de granizo atingem o RS a partir desta sexta-feira: pancadas podem acontecer a qualquer momento e com intensidade, especialmente na metade Sul do estado. **G1**. 19 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2025/09/19/temporais-ventos-fortes-e-possibilidade-de-granizo-atingem-o-rs-a-partir-desta-sexta-feira.ghtml> Acesso em: 20 set. 2025.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 8: 156-170, 2025.